

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Pensamento único

Termo cunhado em 1995 por Ignacio Ramonet, primeiro num editorial do jornal *Le Monde Diplomatique*, do qual foi diretor entre 1990 e 2008, e posteriormente no ensaio “O pensamento único e os novos senhores do mundo”. De acordo com Ramonet, a queda do Muro de Berlim tornara categórica uma doutrina do consenso que já vinha sendo forjada pelo menos desde os acordos de Bretton-Woods. Este “novo catecismo” neoliberal – que encontra formulação lapidar no “*there is no alternative*”, de Margaret Thatcher – glorifica o mercado, estimula a concorrência e a desregulamentação, promove a mundialização da produção e dos fluxos financeiros, fomenta as privatizações e desconsidera o papel do Estado, corrói os direitos sociais e arbitra a favor do capital em detrimento do trabalho.

Ao mesmo tempo que se impõe materialmente, o neoliberalismo origina uma narrativa sobre si próprio que o entende como desejável e inevitável. O *pensamento único* é esse estreitamento férreo das fronteiras do debate e essa capacidade de obstaculizar a enunciação de alternativas e soluções fora do quadro neoliberal. Enquanto tradução ideológica dos interesses do capital internacional, o *pensamento único* é produzido por instituições como o FMI, o Banco Mundial ou a Comissão Europeia, pelas *biblias* da informação económica e por significativos setores da academia, sendo posteriormente reproduzido na generalidade dos média.

Para Ramonet, o poder político encontra-se no nosso tempo secundarizado diante do controlo da informação e da sua difusão por parte das grandes empresas. Desta forma, a noção de *pensamento único* alerta para o papel da informação e da opinião publicada como veículo de criação de consenso numa sociedade mediatizada, ao mesmo tempo que sugere a importância da crítica aos média e da busca de canais informativos alternativos como eixos fundamentais na construção de projetos contra-hegemónicos.

Miguel Cardina

PIB

Medida monetária dos bens e serviços finais produzidos numa economia durante um dado período de tempo, corresponde à totalidade dos rendimentos distribuídos nesse período sob a forma de salários, juros, lucros e rendas. O seu crescimento em valor real (i.e., descontado da inflação) é habitualmente considerado o critério fundamental de sucesso económico

de um país. Trata-se, no entanto, de uma medida imperfeita, porque não atende ao modo como o rendimento é distribuído pela população e só abrange bens que têm um preço atribuído, deixando de fora outros que, não o tendo, contribuem também para o bem-estar efetivo das pessoas, como o cuidado a familiares dependentes, a agricultura para autoconsumo, os serviços resultantes de trabalho voluntário, etc. Também enferma da inclusão, como contributo positivo (e não como custo), de danos ao bem-estar que podem resultar do processo produtivo, como poluição e depredação de recursos naturais e humanos (p. ex., doenças).

O crescimento do PIB é condição fundamental para que um país reduza o desemprego e se liberte do seu endividamento passado. Mas o crescimento sustentado do PIB supõe o aumento das despesas, de consumo e investimento, pela população ou empresas residentes no país, pelo Estado ou por não residentes. Aqui reside o principal bloqueio à resolução da crise atual. Os cortes nas despesas públicas reduzem o papel do Estado enquanto cliente da produção nacional. O desemprego e os cortes, nos salários, nas transferências sociais e noutros rendimentos, obrigam as famílias a reduzir o consumo.

As exportações podem sustentar o crescimento, mas estas, no caso português, destinam-se em cerca de 80% à União Europeia, onde todos os países-membros, mesmo os mais ricos como a Alemanha, estão a praticar políticas de contração da procura interna. Assim, as exportações dificilmente desempenharão o seu almejado papel. Por outro lado, o clima económico geral não favorece especialmente o investimento estrangeiro. Ou seja, enquanto a política económica na União Europeia der prioridade à contenção orçamental, o crescimento do PIB está comprometido, ficando os países mais endividados submetidos a um ciclo vicioso de endividamento-empobrecimento.

Lina Coelho

PIGS

É um acrónimo de clara intenção pejorativa (*pig*, porco em inglês) criado nos anos noventa do século XX para designar Portugal, Itália, Grécia e Espanha. Esta categorização articula uma dimensão geográfica e cultural – Europa do sul ou mediterrânica – e outra económica – países cronicamente deficitários – para transmitir uma mensagem simples: «povos do Sul que sendo incapazes de se sustentarem a si próprios vivem à custa do Norte virtuoso, endividando-se». A partir de 2008, com a bancarrota da Irlanda,